

MUDANÇAS ESTRUTURAIS E O AJUSTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NA DÉCADA DE OITENTA

Maria Cristina Cacciamali

Resumo

Este trabalho aborda as mudanças estruturais do produto entre 1980 e 1990 e os processos de ajustamento na ocupação e nos níveis de rendimento da força de trabalho nesse período. Entre os resultados apontados destacam-se, por um lado, os desempenhos positivos dos setores agropecuário e de serviços e, por outro, o aumento dos empregados à margem da regulamentação do mercado de trabalho - ou seja, contratados sem registro em carteira de trabalho - e a expansão dos trabalhadores por conta própria.

Palavras-chave

mudanças estruturais, emprego, mercado de trabalho

Abstract

This paper analyses the structural changes in production during 1980 e 1990 and the employment and income's processes of adjustment during this period. The main results point out the positive performance of the agricultural and services sectors and the expansion of two occupational categories: employees without sign permit and self-employed workers.

Key words

structural changes, employment, labour market

A autora é Professora Titular da FEA/USP.

1. Introdução

A economia mundial, durante os anos 80, passou por profundas transformações ditadas pela Terceira Revolução Industrial e pela globalização da economia. E, como decorrência do novo paradigma, pelo menos as seguintes tendências devem ser citadas: uma maior abertura das economias, embora circunscrita, principalmente nos países de industrialização avançada e nos países asiáticos; a utilização de barreiras não-tarifárias como instrumentos de proteção; investimentos crescentes inter-países, realizados mormente entre aqueles do hemisfério norte; maior concentração industrial, inclusive para enfrentar os elevados investimentos em P&D; acirrada concorrência entre oligopólios e entre grupos econômicos; aumento nas formas atípicas de contratos de assalariamento e de subcontratação; e elevação no grau de desigualdade na distribuição de renda. Por outro lado, fatores como a mão-de-obra barata e a disponibilidade de recursos naturais irão influenciar, menos que no passado, na definição das vantagens comparativas. Além disso, tais fatores estão sendo substituídos por outros como, por exemplo, o uso dos recursos humanos qualificados em todos os níveis; a capacidade de compra e perfis dos mercados; o nível da infra-estrutura física, mormente no campo das comunicações; o custo local para o capital; e pela tecnologia - visto que o seu desenvolvimento permite a uma economia libertar-se das vantagens comparativas naturais. Esses elementos, na presente década, irão influenciar ainda mais o cenário industrial e deverão ser considerados pelos planejadores governamentais para a formulação e a implementação de políticas econômicas, especialmente no caso das políticas industriais.

Foi justamente no período de aceleração dessas mudanças - os anos 80 - que a economia brasileira passou por um período de retrocesso e de estagnação. O produto interno bruto cresceu à taxa média anual de 1,6% entre 1980 e 1990, insuficiente para compensar o aumento da população. O ajustamento do emprego a essa situação ocorreu por mecanismos passivos e ativos: os primeiros expressaram-se por meio da desaceleração na evolução de determinados processos sociais, como, por exemplo, no caso das taxas de participação e de ocupação; os últimos implicaram uma diminuição ou piora absoluta ou relativa de determinados indicadores sociais, como é o caso dos níveis de rendimento reais dos segmentos mais pobres da população, e o grau de desigualdade na distribuição da renda.

Este trabalho irá abordar, na próxima seção, as mudanças na estrutura do produto entre 1980 e 1990. Nas duas seções seguintes, para o mesmo período, serão analisados os indicadores demográficos, de atividade da força de trabalho, emprego e a produtividade relativa média do trabalho dos grandes setores econômicos. A quinta e a sexta seções examinam as informações sobre a evolução da inserção e das relações da força de trabalho, bem como o grau de abrangência da regulamentação do mercado do trabalho no Brasil. Esses são pontos específicos e característicos do ajustamento desse mercado de trabalho nos anos oitenta. Na sétima seção descrevem-se o comportamento dos rendimentos reais dos ocupados no País e o grau de desigualdade na distribuição de renda. Por fim, na última e oitava seção, sumarizam-se os principais resultados do trabalho e tecem-se as considerações finais.

2. Mudanças na Estrutura do Produto

O movimento foi de desaceleração nas taxas de crescimento do produto total e dos agregados setoriais quando se compara o período compreendido entre 1980 e 1989 com os anos setenta (Tabela 1). Durante o primeiro lustro da década de 80 esse fenômeno foi mais acentuado que no segundo. No decorrer do primeiro período mencionado (1980-89) o setor secundário, principalmente o setor da construção civil, apresentou decréscimo absoluto, sendo que a manutenção de uma taxa de crescimento positiva para o produto total resultou dos desempenhos positivos dos setores agropecuário e de serviços (Tabela 2). Deseja-se destacar que o desempenho do setor secundário no Brasil, nesse período, não pode ser associado, a não ser em situações muito particulares relativamente à Área Metropolitana de São Paulo,⁽¹⁾ ao fenômeno em andamento nos países industrializados denominado de desindustrialização ou crescimento sem trabalho.⁽²⁾ Esse foi mais um dos resultados da desorganização da economia brasileira no período, dos cinco planos fracassados e tentativos de estabilização e do processo de concentração de renda.

(1) Veja-se a esse respeito a análise sobre Áreas Metropolitanas contida no trabalho de CACCIAMALI (1991b).

(2) Veja-se a esse respeito, por exemplo, CACCIAMALI (1991b).

Isto posto, as tendências de participação relativa dos produtos setoriais no produto total alteraram-se na década de oitenta quando comparados com as décadas anteriores. Os movimentos dos produtos setoriais desde os anos cinquenta tinham sido favoráveis aos setores econômicos urbanos, em especial do setor secundário. Este, por exemplo, ao longo dos anos setenta alterou sua participação no produto total de 33,67 para 40,66%. Na década passada, entretanto, esse movimento reverteu-se contra o setor secundário, que passou a perder espaço no produto total tanto para as atividades agropecuárias como, principalmente, para as do setor serviços, que se expandem no período 3,65 pontos percentuais e passam a representar cerca de 53% do produto total em 1989 (Tabela 3).

3. Indicadores Demográficos e de Atividade da Força de Trabalho

A década de oitenta manteve a tendência decrescente quanto ao crescimento vegetativo da população, especialmente no meio urbano. Entre 1979 e 1988 a taxa de crescimento médio decresceu quase um ponto percentual em relação à década anterior - 4,44 vs. 3,76% (Tabela 4). Esse movimento, por um lado, em virtude da diminuição relativa dos cortes etários mais jovens da população e, por outro, pressionado pela demanda por renda da população, foi acompanhado, com menor intensidade, pela evolução do crescimento da população em idade ativa (PIA), e com maior intensidade pela evolução do crescimento das populações economicamente ativa (PEA) e ocupada (PO), sendo que esse fenômeno manifestou-se principalmente nas áreas urbanas. Os indicadores de crescimento para as populações economicamente ativa e ocupada no meio urbano, nos anos 70, foram da ordem de 6,3 e 6,2% a.a., enquanto para o período de 1979 e 1988 esses valores caíram, respectivamente, para 4,68 e 4,55% a.a. (Tabela 4).

Além disso, com relação aos últimos anos da década de setenta, embora a taxa bruta de atividade continuasse em expansão nesse período - impulsionada pelo notável crescimento da participação feminina no mercado de trabalho que salta quase 12 pontos percentuais em dez anos (1979-89) - a taxa de desocupação aberto aumentou em quase 1 ponto percentual.

4. Mudanças na Estrutura do Emprego e na Produtividade Relativa do Trabalho

Em termos de emprego setorial, ao contrário da década de 70 em que esse papel foi desempenhado pelo setor secundário, o setor terciário foi o responsável pela manutenção das altas taxas de ocupação. Em 1980 esse setor respondia por 45,68% do total da ocupação, e em 1989 passou a absorver 53,2% do total dos ocupados (Tabela 5). A terceirização do emprego no Brasil, no período recente, deve ser compreendida tanto pela tendência histórica interna e mundial do aumento dos serviços, como pelas características (flexibilização das relações de trabalho, burla das leis trabalhistas e tributárias, menor intensidade relativa de capital, menor produtividade média do trabalho, ajustamento rápido ao perfil de demanda etc.) que esse setor possui e que lhe confere rápida capacidade de adaptação na absorção de mão-de-obra, principalmente em momentos de desaceleração e recessão econômica.

O setor agrícola continuou, como nas décadas anteriores, expulsando mão-de-obra, embora numa velocidade mais lenta com relação aos anos 70: em 1970, representava cerca de 44% do total da ocupação; nos dez anos seguintes essa participação decresceu para cerca de 30% e, em 1989, esse percentual situava-se em torno de 23%. O setor secundário, por sua vez, que atingiu após os anos setenta uma participação relativa, no total da ocupação, de aproximadamente 24%, manteve-se praticamente estagnado na década de oitenta (Tabela 5).

O resultado dos movimentos do produto e do emprego, ao longo da década 80, confirma a tendência convergente nos níveis relativos da produtividade média do trabalho entre os grandes setores econômicos. A bem da verdade, contudo, esse fenômeno ocorreu principalmente pela queda dos indicadores de produtividade média relativa dos setores secundário e terciário - especialmente o primeiro - que ao aumento da produtividade média do setor agropecuário (Tabela 6).

5. Expansão do Assalariamento Ilegal e do Conta-Proprio

No setor urbano, em 1979, os ocupados distribuía-se primordialmente como assalariados - 75,9% do total - dos quais 26,5% sem registro em

carteira de trabalho. Dez anos depois, o percentual de assalariados diminuiu ligeiramente para 74,6% e o percentual daqueles em situação irregular perante a legislação trabalhista aumentou para 27,6% (Tabela 7). Esse resultado ocorreu principalmente no setor serviços e sucedeu a despeito do aumento, em termos absolutos, da ocupação e do menor número de trabalhadores sem remuneração no meio urbano. Por outro lado, o percentual sobre o total de ocupados urbanos, referente aos trabalhadores por conta própria, manteve-se ao longo do período entre 18 e 20% (Tabela 7). Em contraposição, o setor agrícola mostrou uma expansão sensível e muito importante dado o atraso das relações de trabalho no campo do assalariamento ao longo dos anos oitenta. Em 1979, pouco mais de um terço (33,5%) do total dos ocupados desse setor trabalhavam sob forma assalariada e apenas 13,7% possuíam registro em carteira de trabalho. No ano de 1989 esses percentuais elevaram-se para 38,8% e 20,1%, respectivamente (Tabela 7). As causas para esse fenômeno devem ser remetidas: a) aos processos de organização dos trabalhadores no campo infinitamente superiores na última década quando comparados com as décadas anteriores; b) à menor escassez relativa do trabalho no campo; c) à continuação, e até a aceleração, nos cultivos para exportação; d) à modernização dos processos produtivos, que gerou empregos especializados e urbanizou a força de trabalho rural; e) ao relativo bom desempenho econômico do setor agropecuário nos anos 80 a despeito da crise econômica.

6. A Abrangência da Regulação do Mercado de Trabalho

Os 58,7 milhões de ocupados em 1988 no Brasil distribuíam-se principalmente na região Sudeste (46%) e, na seqüência, nas regiões Nordeste (27%), Sul (17%), Centro-Oeste (7%) e Norte (3%). Em todas as regiões do País o setor urbano tem predominância sobre as atividades agrícolas, embora na região Nordeste essas atividades absorvam ainda 41% do total da ocupação regional (Tabela 8).

A maior parte dos ocupados (66%) era assalariada, sendo que 42,8% tinham registro na carteira de trabalho ou inseriam-se no setor público e 23,2% trabalhavam à margem das leis trabalhistas (Tabela 9). Os ocupados restantes distribuíam-se entre trabalhadores por conta própria (23%), trabalhadores sem remuneração (8%) e empregadores (3%) (Tabela 9). Estima-se

que a ilegalidade parcial ou total no exercício do trabalho no interior destes três últimos grupos deveria atingir cerca de 15,5 milhões de pessoas, quase 78% do conjunto das três categorias. Assim, no Brasil, incluindo todas as posições na ocupação, praticamente metade dos ocupados - 29 milhões - estaria exercendo o trabalho, total ou parcialmente, à margem da regulamentação desse mercado. E, desse total, 13,6 milhões eram trabalhadores assalariados que não recebiam, salvo acordo particular com o empregador, os benefícios que decorrem da normatização institucional do trabalho.

No setor econômico urbano o fenômeno da ilegalidade é relativamente menor que no setor agrícola, apesar de o número de trabalhadores clandestinos ser maior em termos absolutos. Nas atividades do primeiro setor inseriam-se cerca de 44,6 milhões de ocupados. Deste total, 75% participavam de forma assalariada - 54% com registro em carteira de trabalho ou servidores públicos, ou seja, em torno de 24 milhões -; 20% eram trabalhadores por conta própria; 3% eram empregadores; e 2% referiam-se à participação de trabalhadores não remunerados. Essas três últimas categorias de posição na ocupação representavam 25% do total de ocupados e estima-se que aproximadamente 10%, ou 4,4 milhões de pessoas, trabalhavam sem contribuir para a Seguridade Social Pública. Dessa forma, no setor urbano aproximadamente 16 milhões de ocupados estariam numa situação de irregularidade, entre os quais 9,2 milhões eram assalariados sem registro em carteira de trabalho.

Por outro lado, o setor agrícola apresentava uma distribuição dos ocupados por posição na ocupação quase assimétrica ao setor urbano. Cerca de 14,2 milhões de ocupados encontravam-se naquele setor, entre os quais aproximadamente 8,7 milhões trabalhavam ou por conta própria (32%), sem remuneração (26%) ou como empregadores (3%). A não abrangência da Seguridade Social Pública entre esses três grupos era quase total: 98,9%. Ou seja, atingia um total de cerca de 8,6 milhões de ocupados. Os 39% dos ocupados remanescentes das categorias anteriores trabalhavam sob forma assalariada, mas apenas 8% possuíam registro em carteira de trabalho. Assim, a incidência de algum grau de irregularidade no trabalho nas atividades agrícolas atingia aproximadamente 91% do total dos ocupados, o que representa pouco mais de 13 milhões de pessoas.

Em termos regionais, a contribuição à Seguridade Pública Social é menor nos espaços econômicos mais atrasados do País, especialmente no Nordeste. Assim, por exemplo, em 1989 na região Sudeste - mais adiantada - quase dois terços dos ocupados (64%) contribuía para Institutos Oficiais de Previdência Social e 69% e 30%, respectivamente, dos empregados nos setores privados urbano e agrícola eram registrados pelos empregadores. No Nordeste, ao contrário, menos de um terço (30%) do total dos ocupados na região contribuía para a Seguridade e pouco mais da metade (52%) dos empregados do setor privado agrícola encontravam-se nessa situação.

Entre os grupos da força de trabalho que apresentam maior vulnerabilidade para estabelecer vínculos institucionais no trabalho podem ser citados as mulheres, os jovens, os ocupados nos setores da prestação de serviço e da construção civil, além dos ocupados no setor agrícola, mencionados anteriormente. O percentual das mulheres ocupadas que contribuía, em 1989, para algum órgão oficial de Previdência Social era da ordem de 48%, enquanto este percentual para os ocupados do sexo masculino girava em torno de 52%. Entre os trabalhadores com idade entre 15 e 19 anos apenas 30% eram contribuintes, enquanto para os trabalhadores na faixa etária entre 40 e 49 anos a participação relativa aumentava para 58%. E, finalmente, nos ramos de atividade de prestação de serviços, e construção civil o percentual de ocupados que contribuía, em 1989, para a Previdência Social era da ordem de 35% e 51%, respectivamente.

7. A Evolução dos Níveis de Rendimento Reais e o Grau de Desigualdade na Distribuição da Renda

Avaliar e construir evidências empíricas sobre a renda real média dos ocupados não é tarefa fácil no Brasil. Além das restrições e do viés usuais a todas as pesquisas domiciliares que coletam a variável nominal renda, no caso brasileiro as explosivas taxas de inflação, mormente aquelas da década de oitenta, colocam sempre sob suspeita as estimativas reais elaboradas, sejam elas efetuadas sob quaisquer critérios - base da comparação, ponderação, escolha do número índice que mensure a evolução dos preços etc. Ademais, a abrangência e a incidência da renda e do salário indiretos no Brasil são pouco pesquisadas e não constam das estatísticas oficiais. Esse é um fato importante, pois nos anos 80 foram introduzidos alguns itens adi-

cionais nesse grupo, como, por exemplo, o vale-transporte, o programa do leite, a cesta básica etc. Por fim, a evasão no registro das rendas com objetivos de sonegação tributária também ampliou-se nessa década. Dessa forma, para minorar essas restrições é sempre aconselhável apresentar várias estimativas, escolher conjuntos de trabalhadores e/ou áreas geográficas homogêneas e adicionar à análise outras variáveis que tenham forte correlação com a variável renda e/ou com qualidade de vida.

Isso posto, e reconhecendo essas restrições, são aqui apresentadas as informações das estatísticas oficiais brasileiras computadas pela PNAD/FIBGE. Os resultados para o período compreendido entre 1981 e 1989 mostram que a renda média dos assalariados aumentou em termos reais. Para aqueles com registro em carteira de trabalho, o aumento foi de cerca 5,2% e para os contratados de forma irregular o aumento foi da ordem de 18,4%. Com isso ocorreu um ligeiro movimento de convergência nos níveis de rendimento médio entre essas duas categorias nesse período: em 1981 o diferencial de renda média em favor dos registrados era de 2,5 vezes, enquanto em 1989 esse valor era de 2,2 vezes (Tabela 10).

Nesse contexto perverso em detrimento do trabalho, as informações sobre a distribuição de renda mostram mais um ajustamento nocivo na década de 80. Entre 1981 e 1989 verificou-se uma elevação sensível no grau de desigualdade. O grupo dos primeiros 40% apropriava-se, em 1981, de 9,5% do total da renda do trabalho; em 1989 essa participação decresceu para 7,5%. Em contrapartida, para o mesmo período, os segmentos de rendas maiores de 10%, 5% e 1% recebiam, respectivamente, 44,9; 31,9 e 12,1 da renda total. Em 1989 os percentuais aumentaram para 51,5; 37,7 e 15,9%. (PNADs, FIBGE) Esses resultados tornam-se mais dramáticos e desfavoráveis para os trabalhadores, mormente os mais pobres, quando associados ao conhecimento de que os bens públicos coletivos - principalmente saúde, educação e transportes - deterioraram-se nesse período, especialmente nas áreas metropolitanas.

8. Sumário e Considerações Finais

A década de oitenta caracterizou-se pelo início de um forte e caótico processo de mudança na organização social e do Estado, na redistribuição de

forma concentrada da riqueza e na estrutura econômica brasileira na direção de adequar suas instituições políticas, econômicas e sociais às transformações do mundo contemporâneo. Assim, em se tratando do início de um processo - que deverá ser longo e penoso -, os resultados estritamente econômicos a respeito das mudanças ocorridas nas estruturas do produto e do emprego são pobres, quando não indicam uma situação de estagnação ou de retrocesso.

A década passada foi a primeira, em quase quarenta anos - com exceção de alguns períodos atípicos -, em que o produto industrial não apresentou taxas de crescimento muito elevadas para os padrões internacionais. Além do mais, principalmente na década de 70, foi o setor industrial que criou relativamente o maior número de empregos e, ainda, o maior número de bons empregos para a realidade brasileira. A despeito do regime militar, foi esse o fenômeno que, aliado ao forte processo de urbanização e à geração de demandas sociais urbanas, impulsionou a sociedade brasileira em busca de uma concepção de cidadania, de obtenção de maiores direitos sociais básicos e de maior participação política. Tais processos ainda não estão cristalizados. Nos anos oitenta, ao contrário, se não fossem os desempenhos dos setores agropecuário e de serviços a expansão do produto interno bruto real teria sido ainda pior que o resultado apontado pelas estatísticas oficiais preliminares: 1,6% a.a. Ou seja, o resultado médio daquela década implicou uma queda de renda real *per capita* da população brasileira. E, pior: à medida que esta foi uma das piores décadas para os processos de redistribuição popular da renda e que os serviços públicos deterioraram-se em vista da crise política e financeira do estado os segmentos médios e aqueles mais pobres foram os mais penalizados.

Adicionalmente ao mecanismo de ajustamento nos níveis de rendimento real e de concentração, outros processos combinaram-se para expressar o ajustamento do mercado de trabalho durante os anos 80. Entre os mais importantes destacam-se: a diminuição da taxa de crescimento dos ocupados; o aumento nas taxas de desemprego aberto - incluindo, nesse caso, o aumento relativo do número de chefes de família desempregados nas Áreas Metropolitanas (CACCIAMALI, 1991b); o aumento dos empregados à margem da regulamentação do mercado de trabalho, ou seja, sem registro em carteira de trabalho e a expansão das ocupações por conta própria. Nesse quadro, estima-se que aproximadamente metade dos ocupados no Brasil em

1989 mantinha algum grau de irregularidade no exercício do trabalho perante a legislação trabalhista, sendo que esse fenômeno ocorreu mormente nos espaços em que as estruturas econômicas e políticas são mais atrasadas, a organização dos trabalhadores e seu conhecimento sobre os direitos sociais são menores e, em que a justiça do trabalho, é mais associada e dependente do poder econômico e político.

Referências Bibliográficas

- CACCIAMALI, M. C. Emprego e crise no Brasil. *In: ROCCA, C. A. et al.* (eds.), *Brasil 1980: os desafios da crise econômica*. São Paulo: IPE, 1988a.
- _____. Aspecto da distribuição da renda no Brasil. *In: BENEVIDES, D.* (org.), *Manual da Economia*. São Paulo: Saraiva, 1988b.
- _____. *Em busca da recriação do marco regulador do mercado de trabalho*. Genebra: International Institute of Labour Studies. 1991a.
- _____. Ajustamento do mercado de trabalho no Brasil durante a década de oitenta. *In: LAVINAS, L. et al. A reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil*. ANPUR/CAEN/CEDEPLAR. (no prelo)
- CAMARGO, J. M. & GIAMBIAGI, F. *A distribuição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- FIBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios e Pesquisa mensal de emprego*. R.J. (diversos anos).
- _____. *Censos demográficos de 1970 e 1980*. Rio de Janeiro.

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO REAL TOTAL E *PER CAPITA* - BRASIL: 1970-1989 (em porcentagem)

	1970-80	1980-85	1985-89	1980-89
PIB	8,67	1,10	3,53	2,17
<i>Per capita</i>	6,04	-1,15	1,15	-0,20

Fonte: elaborada pela autora a partir das informações da FIBGE, 1991. *Contas Nacionais Consolidadas - 1980-1989*. Rio de Janeiro.

TABELA 2
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO
REAL SEGUNDO OS GRANDES SETORES ECONÔMICOS
- BRASIL: 1970-1989
(em porcentagem)

	1970-80	1980-85	1985-89	1980-89
Total	8,67	1,10	3,53	2,17
Agropecuária	4,75	3,96	2,04	3,10
Ind. Total	9,31	-0,19	3,18	1,29
Ind. Transformação	8,96	-0,63	2,79	0,87
Ind. Construção	10,17	-3,25	4,66	0,19
Serviços	9,04	1,87	4,40	2,99

Fonte: Idem Tabela 1.

TABELA 3
COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO
SEGUNDO OS GRANDES SETORES ECONÔMICOS -
BRASIL: 1970-1989
(em porcentagem)

	1970	1980	1985	1989
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	14,38	10,22	11,75	11,03
Ind. Total	33,67	40,66	38,17	37,63
Ind. Transformação	28,17	31,07	28,52	27,69
Ind. Construção	...	6,74	5,41	5,65
Serviços	49,95	49,12	51,86	52,77

Notas: (...) - informação não disponível.

Obs.: Preços de 1980 para os produtos total e setoriais.

Fonte: Idem Tabela 1.

TABELA 4
INDICADORES DEMOGRÁFICOS E DE ATIVIDADE DA
FORÇA DE TRABALHO - BRASIL: 1970-1989
(em porcentagem)

	1979	1985	1988	1989	1990
TBA					
Homens	73,1	76,0	75,9	75,6	
Mulheres	26,9	36,9	38,7	38,7	-
Desocupação					
Total	2,3	3,4	3,4	3,0	-
Desemprego Aberto AM ...		5,3	3,5	3,4	3,6
		1970-80	1979-85	1985-89	1979-89
População (% a.a.)					
Total		2,48	2,28	2,47	2,35
Urbana		4,44	3,76	2,93	3,49
PIA (% a.a.)		2,96	2,56	2,91	2,71
PEA (% a.a.)					
Total		4,08	3,27	3,20	3,25
Urbana		6,30	4,86	4,32	4,68
População Ocupada (% a.a.)					
Total		4,20	3,16	3,35	3,22
Urbana		6,20	4,15	5,35	4,55

Notas: TBA = Taxa Bruta de Atividade; AM = Áreas Metropolitanas;

PIA = População em Idade Ativa; PEA = População Economicamente Ativa.

Obs.: As informações referentes aos indicadores da PEA e de ocupação urbana referem-se ao ano de 1988.

Fonte: Elaborada pela autora a partir das informações da Fundação IBGE - *Pesquisa nacional por amostra de domicílios e Pesquisa mensal de emprego*.

TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA OCUPAÇÃO SEGUNDO OS GRANDES
SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA -
BRASIL: 1970-1989
(em porcentagem)

	1970	1980	1985	1989
Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Agropecuária	44,28	29,94	28,5	23,1
Ind. Total	17,92	24,38	22,1	23,7
Ind. Transformação	11,00	15,70	14,7	15,9
Ind. Construção	5,86	7,50	5,8	6,2
Serviços	37,80	45,68	49,3	53,2

Fonte: elaborada pela autora a partir das informações da FIBGE. *Censos demográficos (1970 e 1980) e Pesquisas nacionais por amostra de domicílios (1991).*

TABELA 6
TENDÊNCIAS DA PRODUTIVIDADE MÉDIA RELATIVA
DOS SETORES ECONÔMICOS BRASIL: 1970-1989

	1970	1980	1985	1989
Total	1,00	1,00	1,00	1,00
Agropecuária	0,32	0,34	0,41	0,48
Ind. Total	1,88	1,67	1,73	1,59
Ind. Transformação	2,56	1,98	1,94	1,74
Ind. Construção	...	0,89	0,93	0,91
Serviços	1,32	1,08	1,05	0,99

Nota: (...) - informações não disponíveis.

Fonte: Tabelas 3 e 5.

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO SUA
POSIÇÃO - BRASIL: 1979-1988
(em porcentagem)

	1979	1985	1988
Total	100,0	100,0	100,0
Não Agrícolas	32,5 (100,0)	28,5 (100,0)	24,2 (100,00)
Registrados	1,5 (4,6)(13,8)*	1,9 (6,6)	1,9 (7,8)(20,2)*
N. Registrados	9,4 (28,9)(86,2)*	9,0 (31,6)	7,5 (31,4)(79,8)*
C. Próprias	9,7 (29,8)	8,6 (30,2)	7,6 (31,4)
Empregadores	1,3 (4,0)	1,0 (3,6)	0,8 (3,4)
N. Remunerados	10,6 (32,7)	8,1 (28,0)	6,4 (26,4)
Urbanos	67,5 (100,0)	71,5 (100,0)	75,8 (100,0)
Registrados	37,7 (55,8)(73,5)*	36,8 (51,5)	40,9 (54,0)(72,0)*
N. Registrados	13,6 (20,1)(26,5)*	16,9 (23,6)	15,9 (20,6)(28,0)*
C. Própria	12,1 (17,9)	14,2 (19,9)	15,3 (20,2)
Empregadores	2,6 (3,9)	2,2 (3,1)	2,8 (3,7)
N. Remunerados	1,5 (2,3)	1,3 (1,8)	1,2 (1,5)

Notas: a) O número de ocupados na atividade *Administração Pública* que contribuem para Institutos Oficiais de Previdência Social foram incluídos no grupo de assalariados com registro.
b) O percentual entre parênteses refere-se à situação em que o total do setor foi considerado igual a 100%.
c) O percentual entre parênteses e asterístico refere-se à situação em que o total de assalariados foi considerado igual a 100%.

Fonte: Idem Tabela 5.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS
SEGUNDO AS REGIÕES - 1988
 (em milhares e em porcentagem)

	Total	Urbana	Agrícola
Brasil	58.728	44.495	14.233
	100,00%	100,00%	100,00%
Sul	10.063	6.902	3.161
	100,00%	68,59%	31,41%
	17,13%	15,51%	22,21%
Sudeste	26.992	23.480	3.512
	100,00%	86,99%	13,01%
	45,96%	52,77%	24,68%
Nordeste	15.790	9.314	6.476
	100,00%	58,99%	41,01%
	26,89%	20,93%	45,50%
C. Oeste	4.161	3.270	954
	100,00%	77,07%	22,93%
	7,09%	7,21%	6,70%
Norte	1.723	1.593	130
	100,00%	92,46%	7,54%
	2,93%	3,58%	0,91%

Notas: a) Para cada região, o primeiro percentual refere-se ao total da mesma (linha); o segundo, para o total do Brasil (coluna).

b) Excluída a população rural da região Norte.

Fonte: elaborada pela autora a partir das informações da *Pesquisa por amostra de Domicílios* de 1988. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

TABELA 9
ESTIMATIVA DO GRAU DE ILEGALIDADE ENTRE OS
OCUPADOS - BRASIL: 1988-1991

	Ocupados Segundo Posição na Ocupação				
	Total	Reg.	NReg.	Outras SegSoc.	Outras NSegSoc.
1988	58,7 (100,0%)	25,1 (42,8%)	13,6 (23,2%)	4,5 (7,6%)	15,5 (26,4%)
1991	64,1	27,4	14,9	4,9	16,9
	Urbano	Reg.	NReg.	Outras SegSoc.	Outras NSegSoc.
1988	44,5 (100,0%)	24,0 (53,9%)	9,2 (20,7%)	4,4 (9,9%)	6,9 (15,5%)
1991	48,6	26,2	10,1	4,8	7,5
	Agrícola	Reg.	NReg.	Outras SegSoc.	Outras NSegSoc.
1988	14,2 (100,0%)	1,1 (7,7%)	4,4 (31,0%)	0,1 (0,7%)	8,6 (60,6%)
1991	15,5	1,2	4,8	0,1	9,4

Notas: Reg = empregados com carteira de trabalho assinada; NReg = empregados sem carteira de trabalho assinada; Outras SegSoc. = trabalhadores por conta própria, sem remuneração e empregadores que contribuem para Institutos Oficiais de Previdência Social; Outras NSegSoc. = trabalhadores por conta própria, sem remuneração e empregadores que não contribuem para Institutos Oficiais de Previdência Social.

Obs.: a) O número de Outros NSegSoc. foi obtido subtraindo-se o número de empregados sem carteira de trabalho assinada do total de não contribuintes a Institutos de Previdência Social.

b) Os empregados na atividade *Administração Pública* que não possuíam carteira de trabalho assinada, mas que contribuíam para Institutos de Previdência Social foram incluídos no total de empregados com carteira de trabalho assinada.

c) A composição dos ocupados nos setores urbano e agrícola e para o total foi mantida constante entre 1988 e 1991. Em virtude do ano de 1990 e pelo menos de o primeiro semestre de 1991 terem sido períodos de depressão econômica, espera-se que as estimativas de ocupados ilegais para o ano de 1991 estejam subestimadas.

d) A população ocupada foi projetada à taxa de crescimento anual de 3%.

Fonte: Idem Tabela 3.

TABELA 10
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DOS
ASSALARIADOS - BRASIL: 1981-1989

(em Cr\$ de 1989)

	1981	1985	1988	1989
Total	767	723	776	837
Com Registro	1018	955	1018	1071
Sem Registro	419	421	433	490

Fonte: Idem Tabela 4.

(Recebido e aceito em dezembro de 1992.)